

Ofensiva de comunicação do Planalto inclui TV a cabo

"Governet" tem o objetivo de divulgar feitos da administração federal em ano eleitoral

BRASÍLIA — O governo prepara para 1996, ano das eleições municipais, uma ofensiva na área de comunicação. Aprovada pelo Palácio do Planalto no início de dezembro, a campanha informativa terá como principal destaque o lançamento, em julho, de uma TV a cabo estatal, já batizada nos meios políticos de "Governet". Além desta iniciativa, a cargo da Radiobrás, vários ministérios começaram a colocar em prática projetos que têm como alvo o público de centenas de pequenos jornais, rádios e TVs espalhados pelo interior do País.

O desejo do governo de falar diretamente com a sociedade, sem intermediação dos meios de comunicação fora de seu controle, terá o efeito de reaquecer na Esplanada dos Ministérios a produção do chamado "jornalismo oficial". As assessorias de imprensa dos ministros tucanos Paulo Renato (Educação), Sérgio Motta (Comunicações) e José Serra (Planejamento), todos velhos amigos do presidente Fernando Henrique Cardoso, são as primeiras a dar especial atenção à distribuição de notícias regionais.

Mas quem lidera a cruzada do governo para tentar formar ele próprio a opinião dos brasileiros é o presidente da Radiobrás, o ex-deputado Maurílio Ferreira Lima. Apesar de já ter em mãos uma forte infra-estrutura

de comunicação — a TV e a *Rádio Nacional* —, Ferreira Lima quer ampliar a oferta de informação oficial. E assume que a criação da "Governet" tem claros objetivos políticos. "Este governo tem um projeto político para este País e não há nada errado em expressá-lo", justifica. "Um governo eleito que vai ser reeleito."

Na sexta-feira, Ferreira Lima esteve em São Paulo para a primeira reunião com o grupo Abril, dono da *TVA*. Depois pretendia ir ao Rio, a fim de se encontrar com os empresários da *NET*, que tem como sócio a família Marinho. O presidente da Radiobrás quer que as duas TVs aceitem incluir no cardápio oferecido aos assinantes a programação da "Governet". Na semana passada, depois de trocar telefonemas com as duas empresas, Ferreira Lima se mostrava otimista: "Os empresários demonstraram abertura para a proposta."

Negociação — Na reunião com Roberto Civita, do grupo Abril, ficou acertado que o pleito do governo será encaminhado à Associação Brasileira das TVs a Cabo. Para tentar convencer as TVs a transmitirem a "Governet", o presidente da Radiobrás acena com a possibilidade de incluir os julgamentos dos tribunais

— proposta já discutida com o Supremo Tribunal Federal (STF) — e vídeos culturais na programação. "A televisão dos Estados Unidos mostrou que os julgamentos garantem ibope", argumenta.

Mas a Radiobrás, que ambiciona trocar uma hora diária da *Voz do Brasil* por 24 horas diárias de informação oficial, não está interessada em restringir o acesso da "Governet" aos que podem pagar pela assinatura das duas TVs a cabo. "A idéia é deixar aberto, via satélite, o sinal para quem quiser transmitir", explicou Ferreira Lima. A pedido da Radiobrás, a Embratel está levantando os custos deste serviço.

A "Governet" pretende divulgar "os fatos do governo" — cujos programas serão feitos pela Radiobrás — do Poder Judiciário, da Câmara e do Tribunal de Contas da União (TCU). O Senado não participará por

que já tem uma TV a cabo. Com a Câmara, TCU e Judiciário, a Radiobrás assinará convênios para veiculação de programas, a exemplo do que já faz hoje com nove ministérios que usam a *Rádio Nacional* para divulgação. "É uma forma de ter alguma receita e evitar aborrecimentos como, por exemplo, reclamação de deputado que apareceu na TV menos do que outro colega", ensina. (M.B.)

RADIOBRÁS
NEGOCIA
COM EDITORA
ABRIL E NET
USO DA
PROGRAMAÇÃO
OFICIAL